



ENTREVISTA

Caminhos da agricultura urbana na luta pelo Direito à Cidade e pela soberania alimentar

Com Daniela Meirelles, da FASE Espírito Santo e Rosimere Nery, FASE Pernambuco

A fome tem aumentado no país, e a pandemia aguçou esta indignidade. Como se expressa este cenário nos bairros populares das capitais e área metropolitana de Recife e Vitória?

Mere: Como vocês sabem, Recife é a capital mais desigual do Brasil. Além dessa questão da pandemia, a região metropolitana permanece convivendo com problemas sanitários e a baixa oferta de bens e serviços urbanos. Então, mesmo agora na pandemia, a escassez de água nas torneiras nos territórios da periferia foi muito grande.

A FASE, enquanto organização, tem acompanhado muito essa luta, pela questão do saneamento básico, pela questão da água. Com a pandemia, percebemos uma grande necessidade de acesso à água. Temos sentido ultimamente que são muitas pessoas desempregadas, uma ausência muito grande do Estado nos territórios e políticas sociais quase inexistentes do ponto de vista do acesso. E quando vamos para a questão dos alimentos, a gente percebe uma fome muito grande, e junto a questão da moradia. Quando você pensa no direito à cidade, tem a questão da moradia, da alimentação, e vemos um agravamento grande. **No plano local de habitação de interesses sociais há um déficit habitacional estimado em 72 mil famílias. Isso representa 16% da população do Recife.** Então junta toda essa situação da moradia com a questão da falta de saneamento básico, com o desemprego, o grande aumento da inflação e permanência de especulação imobiliária aqui nessa região, agravando bastante a fome nos territórios que estamos presentes.



Percebe manifestação de racismo?

Uma coisa que há uns três anos não víamos, eram pessoas com fome pedindo comida. Hoje vemos um número grande de pessoas pedindo nas casas, nas ruas do Recife. E quando falamos da questão do racismo, é impressionante. **No diálogo com os jovens, vejo que eles, especialmente, são os que mais sofrem com o racismo.** Seja do ponto de vista da violência policial, seja do ponto de vista da falta de oportunidades.

As pessoas estão se sentindo à vontade para cometer racismo com a gente. Com o povo preto, porque é como se o Estado acobertasse esse ato, sabe? É isso que a gente vem sentindo. Essa forma de governar do presidente, a perversidade, isso tem impactado muito na questão de saúde mental, não só da juventude, mas também das mulheres, e isso logicamente representa mais violência contra a mulher. E essa coisa do racismo, de ver seus filhos também nessa situação... vemos vários casos aqui no estado, de pessoas, jovens, serem abordados de uma forma extremamente violenta. Tivemos um caso recente de um menino de 15 anos que foi abordado pela polícia deitado no chão, com o joelho no pescoço. É um racismo que deixa na cara, as pessoas se sentem no direito de fazer isso porque estão sendo acobertados pelo estado, por essa política perversa que está no nosso país.

São chocantes esses relatos. Como essas questões têm sido vistas na área metropolitana de Vitória?

Daniela: A situação aqui não é diferente desse cenário que Mere apontou. Talvez seja mais a questão de escala, porque sem sombra de dúvidas, a região metropolitana do Recife é bem maior do que daqui, mas as desgraças não são diferentes.

As desigualdades são gritantes, em relação à fome e às possibilidades que são dadas para determinados grupos sociais. A fome é sem dúvida uma expressão, um indicador



muito claro dessas desigualdades. No CONSEA (Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional), temos incisivamente debatido, mas vemos as políticas absolutamente insuficientes para atingir e alcançar este grande público das periferias. Então, as políticas assistenciais que chegaram nesse momento da pandemia são tão insuficientes que colocam pouquíssimas cestas disponíveis para algumas famílias, algumas lideranças comunitárias.

A política que vemos claramente é a política da violência. Há um aumento muito grande da violência e ao mesmo tempo da desigualdade. São indicadores similares. **A fome se expressa por formas que tem cor, sexo e idade. Sem sombra de dúvidas, o número de negros e jovens que estão passando por esta dificuldade é muito maior.** Aqui também vemos nas ruas das cidades muito mais gente pedindo comida, assim como Mere disse.

Há também o aumento da população em situação de rua e nessas mesmas condições de acesso a nada. Então, o movimento de luta por moradia cresceu muito nesse período, há novas ocupações urbanas... Nessa região, o movimento de luta por moradia foi mais tímido, mas é incrível como, nesse momento, ele cresce. Essas desigualdades são evidentes mesmo. E eu acho que a fome é, sem dúvida, a expressão mais triste de tudo isso mesmo.

Está tão difícil o momento em que estamos vivendo, mas vemos alguns sopros de esperança. Contem como nasceu a Rede Urbana Capixaba de Agroecologia (RUCA), no ES, e a Articulação de Agroecologia e Agricultura Urbana no Recife-RMR. Que grupos ou coletivos ou associações participam? Como se dá a participação das mulheres e quais ações têm desenvolvido e suas interações com os movimentos sociais do campo?

Daniela: A RUCA nasce de grupos e coletivos que vinham fazendo alguns projetos de agroecologia urbana. Alguns desses foram no IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em Belo Horizonte, e foram muito inspirados no trabalho forte de lá,



relacionado à agroecologia urbana. Na volta do IV ENA, esses grupos começaram a se articular por aqui, vendo que era muito importante trazer a agroecologia urbana, e que essas iniciativas pudessem se fortalecer aqui também a partir de alguma articulação.

A RUCA nasceu oficialmente e publicamente nesse momento de pandemia. Faz pouco mais de um ano que foi lançada a Rede Urbana Capixaba de Agroecologia, com alguns grupos de trabalho, de comunicação, de políticas públicas, de assistência técnica, de mapeamento, um grupo pedagógico, de polinizadores... Então os representantes desses grupos vêm dinamizar e facilitar o trabalho, com organização e periodicidade das reuniões. Uma das primeiras atividades foi lançar um mapeamento para identificar as diversas iniciativas que existem nesses territórios e que têm interesse de se encontrar, se articular e se fortalecer. Esse mapeamento colaborativo apontou 44 experiências auto cadastradas em formulários, das mais diversas: de hortas urbanas, de compostagem, de comercialização, de grupos de estudos e pedagógicos relacionados a essas temáticas, no qual se pretende pensar cidades mais verdes e onde a questão do direito à cidade tem sido um elemento muito presente nos debates onde se quer fomentar políticas públicas.

Temos feito incidência política bastante grande junto também da Articulação Nacional de Agroecologia. Participamos da campanha da agroecologia nas eleições, e de lá para cá temos feito várias incidências de diálogo junto a parlamentares municipais. Estamos prestes a assinar um termo de compromisso com o ICAPER — que é o órgão técnico de agricultura e extensão rural — que nunca trabalhou com agroecologia e agricultura urbana, e tem sido pressionado a fazer isso e mostrado interesse. Inclusive fez recentemente um curso bastante intenso para formar seus técnicos na área de agricultura urbana, o que é bastante interessante. Temos aí exemplos em termos de políticas públicas, porque há um claro interesse e evidências muito grandes, nesse momento inclusive, de como as pessoas estão querendo produzir alimentos nessa condição de fome que falamos anteriormente. **As pessoas estão também na cidade**



querendo produzir os seus alimentos. Então, cresceu enormemente a demanda. Estamos sendo procurados para que a gente dê assistência à novas hortas comunitárias. Acabamos de realizar um curso com mais de cem pessoas inscritas para fomentar as hortas urbanas comunitárias. E tem um grande desafio que é o aproveitamento de espaços ociosos na cidade, dar condições de terra, uma vez que muitos desses espaços ociosos são espaços de entulho. As condições de plantio são bem difíceis, pois a disponibilidade e o acesso à água são muito complicados; às sementes e mudas e à assistência técnica — que é onde o Estado tem aberto possibilidade agora — também.

Tentamos criar uma perspectiva de assistência técnica popular, que considere não apenas a condição do plantio, mas também a condição comunitária, que entenda o perfil das regiões e de como envolvê-las. **Esse é um grande desafio das cidades: como trazer essa perspectiva comunitária. As cidades estão ainda mais individualistas.** E as pessoas estão muito atarefadas, correndo atrás de trabalho, então manter uma horta comunitária é algo bem complexo. Nós também temos acompanhado algumas ocupações urbanas, e assim que elas chegam, já trazem essa perspectiva de se fazer hortas comunitárias e cozinhas solidárias. E nós pela RUCA temos acompanhado iniciativas de cozinha solidária pensando na destinação dos resíduos e fazendo um trabalho de compostagem e aproveitamento.

Mere, fale um pouco sobre a articulação de agroecologia urbana aí no Recife...

Mere: Um pouquinho antes dessa articulação após o IV ENA, entre 2014 e 2015, começamos um diálogo dentro da FASE a partir de um trabalho com as mulheres catadoras de palha de arroz. Aplicamos um questionário para entender as questões da insegurança alimentar, com o apoio de Maria Emília, porque a gente já sentia que havia um problema sério de fome lá, e as pessoas comiam muito uma mortadela que chama Dona Rosa. Não sei se vocês conhecem, é uma rosada que, segundo Maria Emília, é feita de papel e tem uma mistura bem ruim. **Então quando**



começamos a fazer este debate naquele período trazíamos uma discussão sobre beber, comer e morar. Tinha muito essa ligação com o direito à cidade, moradia com água e alimentos. Pensamos a perspectiva da moradia de uma forma mais ampla, que não seja especificamente só da moradia e saneamento. Foi com esse debate, em 2015, que nasceu a primeira horta, produzida pelas mulheres guerreiras da palha de arroz, em parceria com o Instituto Sabiá.

Quando teve o IV ENA, em 2018, isso começou a ter mais força. Para se ter uma ideia, em 2020, durante as eleições, a gente elaborou uma carta — a primeira carta dessa articulação e foi entregue à candidata a prefeita de Recife do PT/PSOL com alguns compromissos se ela se elegeisse para pensar a questão da agricultura urbana aqui no Recife. Em 2021, esse grupo se formou oficialmente, criando uma identidade, ações e tudo mais. Hoje, a Articulação de Agroecologia e Agricultura Urbana do Recife e Região Metropolitana é um espaço que tem sido constituído com técnicos, técnicas e agricultores urbanos.

Temos então uma situação mais organizada e mais orgânica desse coletivo. Fizemos um mapeamento e finalizamos agora em julho, com um levantamento de 113 experiências de agricultura urbana e periurbana no Recife e região metropolitana. É muita experiência. E olha que nem estão todas elas aí, né? E em Recife tem agora a primeira Secretaria de Agricultura Urbana. Participou de seminário, de elaboração do plano, de propostas, mesmo que nem tudo que a gente propôs, eles aceitaram. E estamos começando a construir um Plano Territorial de Agroecologia Urbana e Periurbana. São várias organizações que fazem parte dessa articulação. A gente tem o SABIÁ, a Casa de Mulheres, Casa da Mulher do Nordeste, tem as técnicas, e vários coletivos.

Mas o que a gente percebe é uma enorme participação das mulheres. Eu sei que tem homens participando, mas aqui pelo menos nas grandes lutas, as mulheres são quem estão sempre puxando. Tivemos recentemente a jornada de luta do MTST, que a gente



tem acompanhado bem de perto. Participamos inclusive da caminhada e tudo. E a maioria são mulheres, nas hortas, quem está fazendo ocupações, nos territórios. Claro que os outros aparecem, mas para contar mesmo no dia a dia são as mulheres dos territórios. Não estou falando dos técnicos — na maioria, homens — que têm apoiado muitas ações, mas da população: a maioria é de mulheres, que estão lá na ponta desenvolvendo agricultura urbana e pensando a luta das cozinhas solidárias, do ponto de vista de pensar políticas para isso. Porque a gente tem que imaginar, como a saída de várias políticas sociais que foram cortadas por esse governo se fundamentam nesses territórios e para isso se precisamos fazer ações. **E não são ações de assistencialismo. Estamos tentando fazer com que as pessoas continuem vivas para continuar lutando pelos seus direitos. Essa é, para mim, a estratégia.** Não é dar comida por dar comida. E isso a gente tem dialogado muito com as comunidades, o porquê dessas ações, sabe? Eu acho que isso faz essa liga da luta.

Fale um pouco sobre as iniciativas para enfrentar a insegurança alimentar e a fome nas ocupações urbanas de Recife. Na pandemia aumentaram as iniciativas? Qual a participação das mulheres? Há relação com os agricultores familiares?

Mere: Sobre essa questão, sim. Eu acho que houve um grande aumento dessas ações. Um dos movimentos que temos aqui por perto é o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), que tem feito várias ações nos territórios, especialmente em alguns onde estamos trabalhando, como o Carolina de Jesus, e os pescadores da Fazendinha Pocotó. Todas essas ações são coordenadas por mulheres que fazem parte do curso de formação de liderança que estamos desenvolvendo.

Recentemente, teve a abertura de uma cozinha solidária na Vila Santa Luzia. E nessa perspectiva, a gente tem apoiado a implantação de hortas comunitárias com distribuição de cesta de alimentos e material de limpeza. Temos duas ações junto às hortas: implantação através de mutirão, e troca de experiências, fazendo rodas de diálogo. Esse processo vem sendo maravilhoso: nas rodas de diálogo a gente escuta a



questão das mulheres. A última que fizemos trouxe uma discussão sobre o bem viver e as mulheres. Na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), que fica na Comunidade Caranguejo Tabaiaras, vieram mulheres e jovens de ocupações dessa área. Discutimos, por exemplo, por que a especulação imobiliária quer tanto essa região, que fica perto de Recife, uma área extremamente privilegiada. Ao redor, vários prédios altos da burguesia e onde a Prefeitura tem sede de retirar famílias.

É com essa perspectiva que a gente tem registrado a agricultura urbana: fortalecendo práticas coletivas, mutirões nas ocupações e a atenção para a alimentação saudável, apoiando a ampliação e manutenção de hortas comunitárias, e destacando o papel das mulheres nessa agenda. E uma coisa importante: todos esses grupos, fóruns e redes, tiveram que desenvolver ações de apoio à distribuição de cesta, material de higiene, limpeza, máscara e gás de cozinha.

A Rede de Mulheres Negras é um pouco mais ampla, porque tem outras parcerias, e vem fazendo a distribuição para as mulheres que fazem parte da rede e para algumas comunidades, em Petrolina, Vitória, Recife e Olinda. **Já a Organização Recife de Luta, participou de uma campanha nacional "Quem tem fome tem pressa", e apoiou 33 comunidades, atendendo 2 mil famílias, com doação de alimentos e material de limpeza.** E, junto a isso, fez o monitoramento da questão do transporte e da água. A FASE faz parte da coordenação e recentemente, fizemos um o lançamento de uma cartilha sobre as ações da Articulação Recife de Luta.

Fora isso, vários movimentos também vêm realizando ações e eu gostaria de citar, especialmente, movimento de jovens, como a Cara Preta e a RENFA, com quem a gente tem trabalhado algumas atividades de denúncia da questão da água, de distribuição de alimentos nos territórios periféricos. Então, de certa forma, a FASE teve que fazer esse tipo de ação, nessa perspectiva. Acho que isso que temos dialogado bastante, além de fazer reivindicações junto a Secretarias, que apoiou muito pouco. Se não fossem os movimentos, eu não sei como estaria a situação dessa população. Fora



isso, ainda teve a informação, os cuidados, teve a colocação das pias nos territórios pro pessoal lavar a mão, botar água. Então, foram várias ações junto à educação popular, para que as pessoas pudessem continuar vivas durante a pandemia.

Dani, em que medida essas iniciativas relacionadas à segurança alimentar e nutricional influenciam a luta pelo Direito à Cidade e as conexões que você pode perceber aí em relação à soberania alimentar e outras que a FASE ES vem atuando? Como tá essa perspectiva na agenda dos movimentos sociais urbanos.

Daniela: Aqui, tal como no Recife, foram muitas ações de solidariedade nesse momento de pandemia para tentar sanar minimamente a condição de segurança alimentar e nutricional. **Além das doações de cestas, alimentos e produtos de higiene, iniciou-se aqui, no caso, através da Frente Povo Sem Medo, a criação das cozinhas solidárias.** Nós participamos desde o início junto com as Articulações do Território do Bem, que é um território amplo aqui em Vitória, agregando vários morros aqui da região. A partir da cozinha solidária, que tem distribuído semanalmente 200 marmitas para a população, com alimentos provenientes da agricultura familiar camponesa, muitos desses alimentos têm vindo do MST, do MPA e também dos quilombolas através do CSA Sapê do Norte que é um grupo que nós apoiamos e participamos aqui ativamente. Então eles têm trazido alimentos, inclusive das retomadas quilombolas. **São alimentos que têm uma história, uma cultura muito grande e que tem alimentado a população urbana. Isso nos traz bastante satisfação.**

Acho que todas essas iniciativas têm levantado essa perspectiva do direito à cidade. A gente aqui pela RUCA também tem acompanhado um pouco esse debate através do BR Cidades, um grupo que, dentro da universidade, tem puxado essas questões e nós temos sido convidados a dialogar em termos de segurança alimentar e nutricional. Mas ainda é um lugar de pouco trânsito, mas a RUCA tem levado grande contribuição.



O CONSEA continua sendo um lugar onde a FASE tem atuado e dialogado muito. E na próxima gestão que está inclusive em processo eleitoral agora, a gente tem aberto a possibilidade de a RUCA participar com uma vaga também. Eu acho que isso vai ser bastante enriquecedor tanto para o CONSEA quanto para a RUCA. E nós também temos atuado, pela RUCA nesse espaço do coletivo Nacional de agroecologia Urbana, que é um grupo também ligado à Articulação Nacional de Agroecologia. E, como falei inicialmente, as situações de luta por moradia vêm num crescente muito grande, um dos grupos que tem atuado nesse sentido é o Movimento Nacional de Luta por Moradia e as brigadas populares. **Tem alguns outros coletivos menores, mas em termos majoritários, esses são os grupos que tem atuado nessa frente de luta por moradia. Praticamente toda semana tem uma ocupação nova e nós estamos presentes, na produção de alimento nesses espaços, debatendo a questão dos resíduos, do acesso à água.** Não poderia deixar de citar também o Movimento Nacional de Direitos Humanos, onde participamos da coordenação. É um grupo que tem atuação fortíssima, e tem contribuído enormemente em todas as situações de violações que se dão nos territórios como um todo.

Mere, você tinha falado um pouquinho na sua última questão nessa relação com o direito à cidade, mas se puder também complementar de que forma essas iniciativas ligadas à SAN vem influenciando a luta do direito à cidade. Já trouxe exemplo do MTST e da juventude, mas se quiser citar algum outro grupo também, pode ser interessante.

Mere: Como falei anteriormente, essa provocação dos três elementos (comer, beber e morar) já era um período de provocação. E nem estávamos vivendo o que estamos vivendo hoje. Atualmente, temos vivido uma situação gravíssima, de uma perversidade muito grande do Estado Brasileiro, especialmente, contra a população negra que vive nos territórios da periferia. Quando a gente pensa em direito à cidade, o que a gente tem feito na FASE como uma aposta é de poder pensar essas agendas e sujeitos populares urbanos e inclusive trazer para a agenda do direito à cidade alguns sujeitos



que não eram nem vistos, como os pescadores artesanais, os catadores e catadoras. **Trazer essa população para dentro do trabalho do direito à cidade fez com que a gente pensasse também na questão do alimento.** Se pensar no impacto da especulação imobiliária na vida dos pescadores artesanais do Recife, foi imenso. Realizamos um levantamento com esses pescadores em 2018 e eles puderam colocar item por item o que foi a especulação imobiliária na vida deles e delas. Então, eu acho que essa sacada que a gente teve de poder pensar o direito à cidade dessa forma mais alargada e pensando novos sujeitos pra fazer parte dessa luta tem sido bem interessante. Uma coisa bem importante que a gente sente em todas as iniciativas que temos, é o protagonismo das mulheres. Porque são as mulheres as lideranças que tem aparecido mais. Pelo próprio debate que temos trazido da água, da moradia, da alimentação. Essas mulheres assumem a luta do direito à cidade. O debate da insegurança alimentar é importante falar aqui, é uma preocupação muito grande do MTST. Então, o MTST tem feito algumas ações nesse sentido, desde o apoio às ações que temos desenvolvido das hortas como também nas cozinhas solidárias. E é uma política, ao fazer uma ocupação, o primeiro barraco levantado é uma cozinha coletiva e solidária do acampamento. Isso mostra a preocupação do MTST pela luta por moradia, mas também a luta pela alimentação. Então, acho que isso é uma das coisas mais centrais. Quando a gente pensa o direito à cidade, pensar todas e todos os sujeitos que fazem parte dessa ação. E não só as lutas, digamos, mais tradicionais que existem no direito à cidade.

Para terminar, nesse dossiê Sistemas Alimentares: fome, corporações e alternativas, trazemos a tona como as empresas estão puxando uma agenda perversa dentro da segurança alimentar e nutricional, que busca integrar biotecnologia nos processos da alimentação, a relação disso com os agrotóxicos, com a agricultura 4.0, com os alimentos processados e ultraprocessados, que a gente vê que nas cidades é uma coisa que está cada vez pior. Qual o papel das corporações nessa piora de alimentação e qual o impacto que elas têm em relação a perda de direitos e conquistas, com ampla garantia e suporte do atual governo?



Mere: Vou falar do trabalho que a gente tem realizado com as mulheres da fruticultura irrigada, na região do Sertão de Pernambuco, onde se produz frutas para exportação. Fizemos um diálogo com mulheres de lá durante quatro anos, sobre o uso do agrotóxico e como o agrotóxico impacta a vida delas. **Você imagina uma pessoa trabalhando 8 a 10 horas por dia com o rosto virado para cima com os cachos de uva pingando agrotóxico no seu rosto. Quantas doenças essas mulheres foram desenvolvendo nesses anos? Porque quem faz esse trabalho são as mulheres, pois dizem que “só as mulheres sabem fazer, porque elas fazem direitinho”.** Esse debate a gente já começou naquele período, e eu acho que isso é uma das coisas que chamam muita atenção. Por conta dessa situação dos agrotóxicos, fizeram uma passeata em frente à sede da Monsanto, em Petrolina.

Fizemos também uma discussão sobre a pesca artesanal. E aí tem a questão do Rio São Francisco, do papel das corporações, porque aquela é uma região de grandes extremos: você vê a pobreza e a riqueza do lado uma da outra, é uma coisa impressionante. E como mudou Petrolina com a questão da fruticultura! Você tem grandes empresas e a riqueza daquela cidade e do outro lado da rua a miséria com ruas esburacadas e fome. E os estragos que fazem do ponto de vista dos remédios que colocam e como prejudicam os territórios pesqueiros por várias empresas de camarão (carcinicultura) **e quando você vai para os territórios, você vê como as pessoas comem mal e isso tem a ver com a cultura e o hábito alimentar, tem a questão do tempo que você não tem para cozinhar, porque você trabalha demais, gasta muito tempo no deslocamento, vive comendo macarrão instantâneo. Quero dizer, é uma cadeia tão grande que quando a gente pensa em Segurança Alimentar e Nutricional não é só a questão do alimento, é o processo que faz você chegar a isso.**

E claro, tem a questão de dinheiro. Você não tem recurso para comprar um alimento de qualidade. Mas a gente tem dialogado com as mulheres sobre os alimentos ultraprocessados, sobre a questão da agroecologia, das feiras aqui em Recife. que tem



muita feira agroecológica. A questão é como levar essas feiras para os territórios da periferia. Fizemos algumas parcerias com agricultores de feiras orgânicas, no final da feira todo material que eles não conseguem vender, o material bom está sendo doado para o MTST lá na Ocupação Carolina de Jesus. A gente fez essa mobilização e o pessoal tem adorado, tem sido bem interessante fazer essa ponte.

Daniela: Então eu também vejo que essas crises (alimentar, ambiental, sanitária) se conjugam em uma crise realmente civilizatória, né? **E acho que nessa perspectiva alimentar, em dificuldade de produção pelo acesso à terra, a água e no acesso a essas condições de cozinhar os alimentos, também é importante a gente destacar nesse momento o preço do gás e como isso é sério. As pessoas não tem condição nem de cozinhar os alimentos que conseguem.** Então é sabido a quantidade de pessoas que se acidentaram tentando cozinhar com álcool nas suas casas.

A gente vem tentando também desmistificar e desconstruir o que as grandes corporações, as grandes empresas vêm fazendo e que vem aí se anunciando. Suas grandes ações de solidariedade, de míseras e porcas ações que nada mais são do que se vangloriar e se valorizar publicamente, para poder manter o seu sistema operando, tirando oportunidade dessa crise. E aí junto a rede "Alerta contra o deserto verde", nós fizemos um trabalho de desconstruir essa ideia da "Solidariedade S.A.", mostrando o que de fato esses empreendimentos fazem nos territórios, para além dessas míseras e porcas doações. Eles não pararam suas operações em nenhum momento da pandemia, e para isso eles precisavam desses territórios minimamente em condições para poderem operar e foram grandes vetores, inclusive, da transmissão do vírus. **E não poderia imaginar nada diferente das corporações verem oportunidades de mercado numa crise alimentar. É disso que eles se alimentam: de transformações e crises em oportunidades mercadológicas de financeirização do alimento.** Então isso é realmente gritante. O preço dos alimentos está assim arrasador, o acesso é difícil, a quantidade e a qualidade dos alimentos que estão disponíveis para a população são péssimas e é claro que os efeitos só poderiam ser ou desnutrição, ou subnutrição ou



SOBERANIA ALIMENTAR NO CAMPO-CIDADE

*Dossiê Sistemas
Alimentares:*
FOME, CORPORAÇÕES
E ALTERNATIVAS

obesidade. Isso são as evidências, são indicadores mesmo de como os sistemas alimentares operam, tirando proveito de violações e crises alarmantes.

O que a gente tem tentado atuar é justamente na contra hegemonia desse sistema, **criando ambientes produtivos de trocas e solidariedade, tentando conservar o que há de ambientes naturais, recuperando minimamente as condições de produção e das águas. Tentando fazer muitas trocas de sementes e mudas**, aqui na cidade a gente tem praticado muito isso. E as pessoas estão ávidas por receber esse acesso, criando condições também da sociedade civil. Isso que a gente tem trabalhado, porque obviamente não podemos esperar nada desse governo federal, muito pouco do Estadual. Temos tentado fortalecer cada vez mais essas construções que partem da sociedade civil organizada.